

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Revisitando o campo.

Patrícia Alves Ramiro y Maria Inês Rauter Mancuso.

Cita:

Patrícia Alves Ramiro y Maria Inês Rauter Mancuso (2009). *Revisitando o campo. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/714>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Revisitando o campo

Patrícia Alves Ramiro¹

Maria Inês Rauter Mancuso²

Este estudo recupera dois estudos feitos em momentos e locais distintos do Estado de São Paulo, Brasil, buscando comparar a percepção que indivíduos e grupos residindo na zona rural têm sobre o campo e a cidade, utilizando essa percepção para justificar seus movimentos migratórios ou a ausência do desejo de migração. Do ponto de vista temporal, o primeiro desses estudos foi realizado no início da década de 70 do século 20, na Região Central do Estado de São Paulo, explorando sistematicamente as motivações para a permanência de indivíduos e/ou grupos sociais no meio rural (tais indivíduos e/ou grupos nunca haviam morado na cidade). O segundo estudo realizou-se no início do século XXI, no Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo, conhecido por seus conflitos agrários de luta pela terra pelos movimentos sociais do campo, com indivíduos e grupos que, pela oportunidade de assentamentos, realizaram a migração urbano-rural ou, assim como no primeiro estudo, de manutenção do desejo de permanência na área rural. Buscou-se levantar, entre esses indivíduos e/ou grupos, as motivações que os levaram a empreender esse retorno ou para o desejo de permanência. As técnicas de observação utilizadas foram entrevistas com questionários (surveys), entrevistas semi-estruturadas, observação direta, observação de reuniões, conversas livres. A releitura do primeiro dos estudos foi feita a partir das preocupações do segundo estudo, o qual desempenhou, portanto, o papel de quadro social da

¹ Professora da Universidade Estadual Paulista /UNESP. E-mail: patriciaramiro@rosana.unesp.br

² Professora da Universidade Federal de São Carlos / UFSCar. E-mail: inesp@uol.com.br

memória. O primeiro dos momentos vividos, sendo assim, é representado, de maneira atualizada, pelas preocupações suscitadas no segundo, o qual, ao compreender que permanecer ou retornar para a terra por meio da reforma agrária é um processo de escolha realizado a partir da realidade vivida antes do ingresso na luta pela terra, coloca em pauta, de maneira intensa, a questão da ambigüidade da dicotomia rural/urbano.

A balança permanência-migração

No período pós década de 50, fazia-se necessária a busca pela compreensão das transformações decorrentes do amplo processo migratório do campo para as cidades, privilegiando a questão das *novas identidades* construídas na vida urbana, enfocando, ora as reminiscências do sujeito rural, ora os novos valores adotados para adaptação na cidade. Havia também pesquisas que colocaram a questão da migração por meio de outro ângulo: o da apreensão dos valores envolvidos no desejo de regresso e/ou permanência na área rural. Esses *pesquisadores da contramão* produziram material importante para comparações e percepções de mudanças da vida rural e urbana no decorrer desses cinquenta anos ao questionarem, não as razões e alterações decorrentes do processo migratório, mas sim as razões e motivações da escolha de permanência no mundo rural em uma época em que migrar pareceria ser o corriqueiro. Uma dessas pesquisas foi realizada no início da década de 70, pela socióloga Maria Inês Rauter Mancuso, intitulada *O fenômeno da permanência no sistema social rural*, na qual o objetivo central consistia em:

realizar um estudo exploratório sistemático sobre a permanência de indivíduos e/ou grupos sociais no meio rural. Com referência a este objetivo, a preocupação primordial é a reconstrução do Sistema Social Rural sob a orientação de um quadro teórico e, partindo dessa reconstrução, determinar as tendências relativas à permanência daquele e naquele sistema. (MANCUSO, 1975, p. 05)

Nesse caso específico não apenas o tema fugia aos padrões da época, mas a metodologia é igualmente singular. Mancuso irá trabalhar com conceito de Teoria de Ação de Talcott Parsons (1962), mais especificamente o modelo AGIL³, procurando realizar suas análises pela seleção das

³ Constitui um enfoque de abordagem da Teoria do Sistema Social, que é uma extensão da Teoria da Ação. O modelo AGIL resume as variáveis importantes na conceptualização de sistemas a apenas quatro: 1) subsistema Adaptativo, relacionado à necessidade de

alternativas de ação da população estudada. O *locus* da pesquisa foi o município de Itirapina, localizado no centro do estado de São Paulo e distante 191 km da capital. A população total do município, na época, era de aproximadamente 7000 (31% economicamente ativa), dos quais 3000 (33% economicamente ativa) dependiam da Agricultura e Pecuária e 1700 (45% economicamente ativa) dependiam do setor de atividades Transportes, Comunicação e Armazenagem. A área rural do município era subdividida em parcelas que recebiam localmente o nome de bairros. A principal atividade rural comercial era a pecuária leiteira. Havia um posto receptor de leite da Nestlé na cidade e, diariamente, um caminhão saía de madrugada para ir à área rural, recolhendo os latões de leite cheios e deixando os vazios. O caminhão de leite era também o principal meio de locomoção para os habitantes da terra, dado que não era freqüente a posse de carro próprio e nem havia linha de ônibus. As estradas percorridas eram de terra, irregulares, muito esburacadas e ficavam intransitáveis em dia de muita chuva. Nesses dias, frequentemente o caminhão atolava e era preciso a ajuda de muita gente para que o caminhão continuasse transitando e não se perdesse o leite, resultado de um dia de muito trabalho. Os problemas com a linha de leite atingiam a todos, mesmo que não produtores de leite, pois o caminhão era o principal meio de comunicação com a cidade. A atividade leiteira condicionava os outros aspectos da vida dos produtores. A hora de levantar era determinada pela hora da ordenha e essa, por sua vez, pela hora em que o caminhão passaria. Portanto, quem quer que quisesse ir à cidade, tinha que se adaptar ao horário do caminhão de leite. A produção agrícola, mesmo quando era a principal fonte de renda da propriedade, destinava-se inicialmente à subsistência.

Uma questão relevante que aparece na pesquisa de Mancuso (op. cit.) e ainda hoje é similar nos estudos de Sociologia Rural, alterando-se apenas as representações reais e ideais apresentadas, é a da ambigüidade da realidade entre o urbano e o rural. Os depoimentos permanecem sempre vacilando entre as atrações percebidas no ambiente urbano e as vantagens de permanecer no meio rural, ou seja, as pessoas para realizarem suas escolhas, organizam-nas manifestamente a partir de um balanço entre as vantagens de um e de outro meio. Realizam o que Mancuso chama de “balanço permanência-migração”, no qual a opção de ficar no campo é resultado de forças funcionais decorrentes das forças contrárias à evasão ativas. Segundo a autora (ibidem, p. 102), as decisões são possíveis de se alterar conforme se alterem não só as condições rurais e urbanas, mas também conforme se altere a percepção destas condições, o que pode ser ocasionado pela emissão continuada de “atrações” da cidade em relação à zona rural.

adaptação aos sistemas exteriores; 2) subsistema consecução de metas (Goal attainment), relacionado à necessidade de mobilização de recursos necessários à consecução de metas desejáveis; 3) subsistema integrativo (I), relacionado à necessidade de integração das unidades de ação; 4) subsistema manutenção de padrão (latency), relacionado à necessidade de “ administrar” as tensões resultantes da possível contradição entre a motivação individual e as exigências sociais.

Não se pode, porém, simplificar esse balanço a partir do que era manifestado. Começamos pelas relações com o sistema natural, representado pelos animais e pela terra. Tais relações eram valorizadas e acentuadas no processo de socialização. Durante a infância, essas relações compunham o conjunto dos “brinquedos” e assim as crianças eram introduzidas no sistema produtivo rural. Mesmo aqueles animais que representassem uma possível ameaça, como as cobras, exerciam certa atração. Contavam-se histórias em que se revelava certo prazer em correr riscos ao se enfrentá-los. Entre os adultos, a pesca e a caça eram atividades lúdicas, de lazer. O trabalho que os ligava diretamente à terra e aos animais permitia, portanto, a realização concreta de um “ego” que se constituía desde a mais tenra infância. Plantava-se e colhia-se, animais nasciam e desenvolviam-se. Assim os tempos eram marcados. As pessoas acompanham todo o processo produtivo e viam o resultado final. O sistema natural possuía valor que não se restringia ao econômico e instrumental. A cidade, colocando-os em situações para as quais não estavam preparados para enfrentar⁴, ameaçava sua segurança. Além disso, quando eles avaliavam a qualidade da vida que possuíam o faziam comparativamente com moradores da zona urbana que possuíam nível de renda e de escolaridade que eles tinham. A visão de mundo que os moradores da zona rural possuíam, dada a dificuldade de acesso e de comunicação, situava-se nos limites espaciais e temporais desse sistema. As perspectivas de vida para os filhos definiam-se também nesses limites. Esse padrão particularista era reforçado pela afetividade que orientava a ação desses moradores.

Contemporaneamente, no caso da Reforma Agrária podemos afirmar que o balanço permanência-migração varia entre aqueles que vêm na reforma agrária a opção de permanecer na área rural (similar ao identificado por Mancuso na década de 70), porém é ampliado pela inversão do sentido migratório, significando, muitas vezes, migração da cidade para o campo. Nesta etapa histórica, de acordo com Ramiro (2008), é a cidade que perde seus antigos atrativos e o campo (re)surge como possibilidade mais atraente de vida.

Em seu trabalho, *Assentamentos rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal*, a autora pretende contribuir para discussão sobre a reforma agrária adotando como viés a interpretação do processo de construção da identidade social gerada pela adoção de novas formas de sociabilidade no meio rural, criadas pela possibilidade de permanência ou retorno ao campo através da implantação de projetos de assentamentos. No campo da sociabilidade rural, procura detectar quais os valores presentes nas ações ideais e reais destas pessoas que passam, após conquista de um pedaço de terra, a conviverem diariamente num mesmo

⁴ Lembrar que, na época, apesar de a cidade de Itirapina ser de pequeno porte, as dificuldades de acesso e de comunicação provocavam uma distância cultural significativa entre os moradores da área rural e os da área urbana. Apesar de ser uma cidade pequena, as principais atividades estavam ligadas à ferrovia, portanto eram predominantemente urbanas.

espaço e presenciam dificuldades e oportunidades iniciais semelhantes, embora carreguem histórias de vida particulares.

A metodologia adotada por Ramiro (2008) para a compreensão do processo de construção destas *novas identidades* surgidas através dos assentamentos rurais são os conceitos-tipo de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* (comunidade e sociedade) formulados por Ferdinand Tönnies, cuja natureza complementar e contraditória nos permite analisar as diferentes formas de organização social, conforme o momento e o movimento das vontades que caracterizam estes dois conceitos centrais. A interpretação das *categorias nativas* que dão sentido à vida inter e intradoméstico dos assentados se dá através da compreensão dos valores (componentes dialéticos da natureza social do ser humano) que, ora atraem, ora afastam as pessoas umas das outras.

Com base na pesquisa empírica realizada no projeto de assentamento Nova Pontal, onde moram 122 famílias, localizado no município de Rosana, na região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo, a análise das ocupações profissionais anteriores ao ingresso na luta pela terra das famílias assentadas na Nova Pontal mostra um imenso contingente de pessoas que viveram em centros urbanos trabalhando como: vigia, diaristas, eletricitas, soldador, escriturário, auxiliar de serviços gerais, operador de máquinas, pedreiros, domésticas, costureiras, açougueiro, pintores, mecânicos, carpinteiros, barrageiros e recepcionistas. Outros fizeram do assentamento a escolha de permanecerem vinculados às atividades agropecuárias, pois eram agricultores, bóias-frias, técnicos agrícolas, tratoristas, cerqueiros, capatazes, e domadores de animais. Quantitativamente, quando estas ocupações anteriores são agrupadas conforme o ambiente de origem, temos um percentual de 62% de ocupações tipicamente urbanas e 38 % para as rurais.

Compreender esta vivência da cidade pela qual muitos assentados passaram é fundamental para interpretação das práticas ideais e reais adotadas no cotidiano atual, dado que a percepção que têm da vida, os valores que adotam e as ações adotadas refletem a história de vida de cada um e explicam seus modos de vida: atitudes, pensamentos, gestos, idéias, trajas, hábitos alimentares, etc.

A observação sociológica histórica, como mostra Mancuso (1975), esclarece que, nas primeiras décadas do processo de industrialização nacional, a percepção da vida na cidade dava-se através da comparação que os agricultores faziam dos grupos considerados semelhantes, com grau de escolaridade e aptidões similares e, sendo assim, as impressões do urbano eram filtradas pelo que consideravam seus grupos de referência.

As avaliações que estes atores fazem da vida cidadina não se formam através de impressões recebidas diretamente do Sistema Urbano. Explica-se: estas

impressões são recebidas pelos atores rurais como que “depuradas”, “filtradas” através de certos grupos de referência particularistas. Alguns grupos de referência definem as imagens projetadas pelo Sistema Social Urbano. (MANCUSO, 1975, P. 146)

Na prática significa que, ao se imaginarem residindo na cidade, imaginam-se ocupando empregos com baixos níveis salariais e avaliam as vantagens e as desvantagens de cada um desses sistemas sociais. Estas referências particularistas indicam que “o sistema de referência é sempre particular, envolve sempre o próprio ator ou os atores com os quais aquele está em associação direta”. (MANCUSO, 1975, p. 148)

O diferencial da balança *permanência-migração* nos dias atuais está no fato de que a maioria dos personagens envolvidos no processo de escolha residência rural ou urbana e os estilos de vida correspondentes vivenciaram a cidade de maneira direta, fazendo agora suas escolhas com base em sua própria experiência de vida e não mais, em comparação a grupos semelhantes como era antes. Mesmo os que, como vimos anteriormente, mantiveram-se vinculados às atividades rurais, devido ao crescimento das cidades, da ampliação do acesso às tecnologias de comunicação (especialmente, a televisão e o rádio), do aumento do transporte do campo para a cidade e pelo fato de frequentemente possuírem algum conhecido, parente ou não, para visitar no ambiente citadino, puderam também obter suas avaliações a partir de seu próprio olhar. **A referência atual, portanto, está na história de vida de cada uma dessas pessoas e, como demonstramos aqui, parece confirmar as percepções negativas da cidade realizada pelos moradores da área rural de Itirapina na década de 70.**

O reencontro com terra no final do século XX

Uma das etapas da pesquisa de Ramiro consistiu em entrevistar 96 moradores (entre titulares e co-titulares de lotes) sobre a percepção que tinham da situação de vida anterior ao assentamento, considerando a avaliação subjetiva referente a essa transição e a existência do desejo de permanência ou mudança do projeto de assentamento e, quando interesse em alteração do local de moradia, se esta seria para outra área rural ou para alguma cidade⁵.

A avaliação de que a vida melhorou após ingresso no projeto de assentamento é compartilhada com a maioria dos assentados na Nova Pontal, correspondendo a um total de 76%

⁵ Foram pesquisados moradores de 91 lotes dos 122 totais, pois, cinco dos entrevistados eram cônjuges do titular, contabilizando apenas um lote. Entre os informantes, 67 são homens e, os 29 restantes, mulheres.

das respostas obtidas. Apenas a intensidade desta mudança permanece equilibrada: para 33 entrevistados melhorou muito e para 36 melhorou apenas um pouco.

A opção pela vida campesina foi realizada no momento da decisão pela inclusão no processo de reforma agrária, sendo assim, como estão assentados no Nova Pontal há quase dez anos, é de se esperar essa avaliação positiva, pressupondo que as pessoas precisam dar significado às suas escolhas para seguirem sua vida. Tanto no campo, quanto na cidade, pode continuar válida a afirmação de que “o que muda são as motivações e os valores nos quais as pessoas constroem seu discurso a fim de dar sentido à situação vivida”. (RAMIRO, 2001, p. 115)

A construção da identidade social de cada um deles na condição de assentados passa pela percepção da ambigüidade da realidade rural/urbana e permanece sendo pautada no balanço permanência-migração descrito anteriormente. Todavia, para os que eram trabalhadores rurais e uniram-se aos movimentos sociais de luta pela terra ou instituições que apóiam a reforma agrária (como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais) envolvidos nessa pesquisa, a mudança deu-se, principalmente, na passagem da situação de empregados para *patrões*, no sentido de serem donos de suas terras e de sua força-de-trabalho ser usada em benefício da família, o que chamam de *trabalhar por conta*. Reportam-se à questão de perceberem-se como proprietários de seu lote (embora juridicamente não o sejam), e ao fato de gerarem renda para si mesmo. As falas de alguns desses casos podem ser elucidativas da questão: *Era bóia-fria. Agora sou proprietário. Tenho liberdade, facilidade das coisas e acesso ao crédito. Foi da escuridão para claridão!*(assentado, 53 anos)/ *Melhorou muito porque tomava conta de fazenda no Mato Grosso e ganhava pouco. Hoje tenho renda e a renda é minha, não é mais do fazendeiro.* (assentado, 52 anos).

Para diversas pessoas, o retorno ou a permanência na terra aparece como sinônimo de moradia, de trabalho, de estabilidade e de tranqüilidade. Isto porque, ao fazerem um balanço de sua trajetória de vida, sentem que alguns valores, muitas vezes derrotados por outras vantagens imaginadas na vida citadina em décadas antecedentes, retornam agora para reafirmar ou revalidar as vantagens do meio rural. Seguem alguns dos depoimentos nessa direção: *Na cidade é vida de pagar aluguel, mais difícil. Aqui trabalha, têm.* (assentada, 35 anos)/ *Melhorou muito. Dá para criar os bichinhos: galinha, porco. Quer vender uma galinha, tem. É mais melhor do que na cidade. Na cidade ninguém cria nada.* (assentada, 66 anos) / *Na minha cabeça, eu acho assim: lá pagava muita água, muita luz, consegui aposentar, graças a Deus! A gente tem uma misturinha para comer.* (assentada, 65 anos)/ *Melhorou muito em tudo. Até na união, tem paz, tem sossego. A gente trabalha, mas sou feliz.* (assentada, 52 anos) / *É o sossego. Peguei o lote, agora tenho minha vaquinha para tirar leite... Sossego! Vou para cidade não agüento nem ficar três dias.*

(assentada, 54 anos) / *Pelo menos sossego, eu tenho. Não existe dinheiro no mundo que paga meu lote. Pelo sustento, que é mais confortável, pouco, mas a gente tem uma garantia.* (assentado, 46 anos).

A avaliação pode servir-se da depreciação ou da valorização de determinadas características percebidas. Quando se trata de valorizar a vida rural, as imagens recorrentes são, ainda hoje, muito similares às que aparecem em trabalhos anteriores (como o de Mancuso, por exemplo) por enfatizarem questões como a tranqüilidade da vida no campo, a beleza da natureza, a paz, o prazer das criações de pequenos animais, fatores não essencialmente econômicos, mas ambientais e culturais. Culturais porque, juntamente com as vantagens funcionais das criações de pequenos animais e das hortas caseiras como garantia de alimentos a baixo custo e com maior rapidez, por não dependerem da locomoção aos centros urbanos ou mercantis geralmente distantes (o que demanda não apenas tempo, mas dinheiro também), essas atividades aparecem vinculadas a aspectos culturais da vida campesina. Acompanhar as crias dos animais, regar as hortas e vê-las brotar até chegada a época da colheita são atividades tidas como prazerosas para quem se dispõe a fazê-las. As galinhas, diferentemente das granjas comerciais, são inúmeras vezes criadas soltas pelo quintal e circulam livremente dentro das casas, fazendo parte do ambiente doméstico dos assentados.

Quando essas representações ideais referem-se à depreciação da vida urbana, a promessa equivocada de que o crescimento econômico potencializado pelas e nas cidades desembocaria em desenvolvimento social veio acompanhada dos inúmeros infortúnios causados especialmente aos trabalhadores pouco qualificados, em sua maioria, oriundo do campo, tais como: a violência nos grandes centros, o alto índice de desemprego, o preço dos serviços básicos, como: tarifas de água, luz e telefone, o alto custo da alimentação e do aluguel, enfim, esse processo de migração cidade/campo se dá através da redefinição dos valores considerados importantes (conforme exposto anteriormente) e também devido ao processo de inclusão social injusta vivido na cidade.

Essa depreciação da vida citadina revelou-se em algumas falas como: *Na cidade tudo o que ganhava, gastava.* (assentada, 31 anos) / *Em tudo melhorou. Era empregado, não tinha nada. Hoje tenho meu leite, planto. Melhorou 100%.* (assentado, 56 anos) / *Porque trabalhava de empregado, não tinha vida própria. Às vezes dava quinze horas de serviço por dia. Hoje tenho mais recurso financeiro.* (assentado, 54 anos) / *Trabalhar por conta própria. Já fiz muita hora em barragem. Independência.* (assentado, 54 anos) / *Porque se tivesse na cidade, na minha idade, uma firma não pega mais.* (assentado, 57 anos) / *Os filhos não andam na rua bagunçando. Ficam em casa. Gasta menos, evita pagar a luz cara e a água (que é de poço cacimba).* (assentado, 43 anos)

Conclusões

Se, na pesquisa de Mancuso (op. cit.), a cidade ameaçava a identidade social dos atores rurais, hoje, segundo Ramiro, a mesma torna-se a **definidora da construção social das novas identidades criadas a partir do processo de reforma agrária** iniciado com a implantação de projetos de assentamentos rurais.

A comparação dos diferentes estilos de vida (citadino e campesino) acontece a partir de enfoques subjetivos não mais referenciais/particularistas como outrora e, desta maneira, o passar da *intuição* para a *vivência* refaz a identidade destes novos personagens do campo brasileiro, convergindo no conceito de agrupamento social que Ramiro (2008) chama de **sociedade rural**. Isto porque, embora tenhamos a valorização de aspectos rurais ainda similares aos de antigamente, como a valorização da tranquilidade do campo, da redução da violência no meio rural, da paisagem, do prazer do contato com as criações e cultivos, o conflito entre as vontades orgânica e essencial intensifica-se e altera a predominância de um pelo outro, invertendo o peso que os valores adquirem no processo da passagem da situação de indivíduo para *pessoa*.

A decisão de retornar ou permanecer no campo reflete um estilo de pensamento que engloba, de modo dialético, o conflito entre os valores comunitários e societários, mas a *leitura da vida* no assentamento Nova Pontal mostra que predominam, ao menos durante a fase de pesquisa, os valores societários, regidos por relações motivadas pelo interesse, conforme análise racional das vantagens e desvantagens da cidade e do campo. Obviamente, os dois tipos de relações sociais, comunitárias e societárias, aparecem no assentamento. Importante notarmos que esse desejo de retorno ao meio rural resulta, muitas vezes, **mais da desvalorização da vida na cidade do que da valorização da vida no campo**. É o que vemos claramente no depoimento de uma assentada de 28 anos que analisa sua melhora de vida pela fala: *Antes passava dificuldade. Aqui passa, mas menos*. Ou outra de uma mulher, de 34 anos: *Porque em Rosana já passava necessidade. Aqui, com uma abobrinha, um quiabo, resolve*.

A migração, independentemente do sentido em que ocorra, põe em pauta o conflito das vontades humanas, na qual valores repulsivos e atrativos são avaliados e definidos pelos atores sociais para decidirem (quando possível) o destino mais favorável para sua vida e de sua família. Cidade e campo possuem, cada qual de acordo com a história de vida de cada um, qualidades e deficiências. Para permanecer ou deixar um ambiente em prol do outro é resultado da avaliação que fazem desta balança que ora repele, ora atrai com maior ênfase. Optar por um dos dois caminhos, não elimina essa dualidade de forças opostas, pelo contrário, renova-a num movimento constante de reflexão e reafirmação ou negação dos valores adotados, afinal, a dialética faz parte da natureza humana.

Referências

- MANCUSO, Maria Inês Rauter. **O Fenômeno da Permanência no Sistema Social Rural**. Dissertação de mestrado; ESALQ/USP: Piracicaba, 1975.
- MARTINE, George (org.). **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés; 1987.
- MARTINS, José de Souza. **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora UFRGS; 2003.
- RAMIRO, Patrícia Alves. **Assentamentos Rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados da Nova Pontal**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia na UFSCar em março de 2008.
- TÖNNIES, Ferdinand. (1887) Comunidade e Sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, Orlando (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP; 1995. pp. 231-352.